

STJ00119774

CRISTINA M. M. QUEIROZ

Faculdade de Direito da Universidade do Porto

DIREITOS FUNDAMENTAIS

(TEORIA GERAL)



Coimbra Editora

2002

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISSN 1645-1430

ISBN 972-32-1136-X

Depósito Legal n.º 186 360/2002

Outubro de 2002

Introdução	Págs.	5
-------------------------	--------------	----------

CAPÍTULO I
O CONCEITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1. A ideia	13
§ 2. A experiência histórica.....	19
§ 3. O contexto português.....	23
§ 4. O sentido na Constituição de 1976.....	30

CAPÍTULO II
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1. Direitos fundamentais e Constituição.....	37
§ 2. A ideia de limitação.....	41
§ 3. A abertura do catálogo dos direitos fundamentais.....	48
§ 4. A protecção jurídica sem lacunas.....	57

CAPÍTULO III
TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1. Necessidade e possibilidade de uma teoria geral objectiva dos direitos fundamentais.....	65
§ 2. Objecto e funções.....	68
§ 3. Sua inserção no quadro das chamadas “teorias dos direitos fundamentais”.....	75

CAPÍTULO IV
O CONCEITO DE NORMA DE DIREITO FUNDAMENTAL

§ 1. Norma e formulação de norma de direitos fundamentais.....	85
§ 2. Direitos enumerados e direitos não enumerados.....	89
§ 3. O reconhecimento do carácter “duplo” dos direitos fundamentais.....	96
§ 4. O princípio geral de igualdade.....	106

CAPÍTULO V
A ESTRUTURA DAS NORMAS
DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

	Págs.
§ 1. Sistema aberto e sistema fechado.....	127
§ 2. O modelo de regras e princípios proposto por Dworkin	130
§ 3. O seu desenvolvimento no modelo tripartido proposto por Alexy e Gomes Canotilho	135
3.1. O modelo puro de regras	135
3.2. O modelo regras/princípios	138
3.3. O modelo regras/princípios/procedimentos	140

CAPÍTULO VI
A ESTRUTURA DAS NORMAS
DE DIREITOS FUNDAMENTAIS (CONT.)

§ 1. A “função social” dos direitos fundamentais.....	147
§ 2. Os direitos económicos, sociais e culturais	149
§ 3. O Estado social.....	156
§ 4. A abertura a “novos” direitos fundamentais.....	165

CAPÍTULO VII
A APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1. Interpretação e aplicação de direitos fundamentais	173
§ 2. O conceito de concretização	178
§ 3. A aplicação judicial	186

CAPÍTULO VIII
RESTRIÇÃO E CONFIGURAÇÃO
DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1. Os conceitos de restrição e configuração	199
§ 2. Tipos de restrições	203
2.1. Restrições directamente autorizadas pela Constituição	203
2.2. Restrições indirectamente autorizadas pela Constituição	204
§ 3. O princípio da “reserva de lei restritiva”.....	206
§ 4. A garantia do “conteúdo essencial” como limite dos limites ou barreira última da concretização	211

CAPÍTULO IX
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO
DE “NOVOS” DIREITOS FUNDAMENTAIS

	Págs.
§ 1. Direitos e pretensões.....	221
§ 2. Reconhecimento jurídico e institucional.....	228
§ 3. A garantia dos poderes públicos.....	231
§ 4. A positivação pela intervenção do poder judicial.....	234

CAPÍTULO X
DELIMITAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
NO CASO CONCRETO

§ 1. Os termos do problema.....	243
§ 2. Contrapeso de valores e contrapeso de bens no caso concreto.....	245
§ 3. A inevitabilidade do contrapeso.....	249
§ 4. A ordenação dos bens no caso concreto.....	254
4.1. Direitos individuais.....	260
4.2. Bens colectivos.....	262

CAPÍTULO XI
A “VIS EXPANSIVA” DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1. Delimitação do conceito.....	269
§ 2. A constitucionalização do direito privado.....	271
§ 3. Sua expressão na relação Estado/cidadãos e na relação cidadãos/cidadãos....	277

CAPÍTULO XII
O FUTURO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1. A possibilidade de uma teoria jurídico-pública dos direitos fundamentais? ...	285
§ 2. A acção insubstituível dos tribunais.....	289

Bibliografia.....	299
--------------------------	------------

Índice geral.....	345
--------------------------	------------